



CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS CONSELHO DE MINISTROS

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de 2004, o Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, formado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, que o preside e pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda e pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIV do art. 6º da Resolução CMED nº 3, de 29 de julho de 2003, decidiu:

- Nos autos administrativos nº 25351.170688/2004-77, acompanhar o voto do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, no sentido de se negar provimento ao recurso interposto pela empresa *Geolab Indústria Farmacêutica Ltda.* para manter o preço inicial do medicamento *Sinvax* na apresentação, *5mg com 30 comprimidos*, qual seja, R\$ 16,37 (dezesesseis reais e trinta e sete centavos) como determina o art. 7º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, regulamentado pela Resolução CMED nº 2, de 5 de março de 2004.
- Nos autos administrativos nº 25351-005693/2002-48, acompanhar o voto proferido, em Sede Recursal, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, no sentido de se manter a decisão de responsabilizar a empresa *Laboratórios Ferring Ltda.* por violação aos arts. 3º da Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001 combinado com o art. 10 da Resolução CAMED nº 11, de 19 de outubro de 2001, e aplicar multa de R\$ 212,82 (duzentos e doze reais e oitenta e dois centavos), em conformidade com o disposto no art. 14, da Lei nº 10.213, de 2001.

- Nos autos administrativos nºs 25351.194206/2002-00 e 25351.013530/2003-10 (apensados), acompanhar o voto proferido, em Sede Recursal, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, no sentido de se manter a decisão de responsabilizar a empresa *Sanofi-Synthelabo Ltda.* por violação ao art. 8º da Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001 combinado com os arts. 1º, § 2º e 4º da Resolução nº 4, de 31 de janeiro de 2001, e aplicar multa de R\$ 1.207.488,37 (hum milhão, duzentos e sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos), em conformidade com o disposto no art. 14 da Lei nº 10.213, de 2001


HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA
Ministro de Estado da Saúde


JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
Ministro-Chefe da Casa Civil


MÁRCIO THOMAZ BASTOS
Ministro de Estado da Justiça


ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado da Fazenda


LUIZ FERNANDO FURLAN
Ministro de Estado do
Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Exterior

